

EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE Nº.: 001/2026**Processo Administrativo nº.: 09.26.012**

OBJETO: Constituir Cadastro de Pré-Qualificação Permanente de pessoas jurídicas e consórcios visando à futura contratação, por meio de licitações restritas, de serviços técnicos especializados de apoio à estruturação, modelagem, gestão e comunicação de projetos de infraestrutura, concessões e parceria público-privadas, divididos em 07 (sete) lotes, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

FUNDAMENTO: Procedimento de Pré-Qualificação Permanente, em conformidade com o disposto no artigo 64 da Lei Federal nº 13.303/2016, na Seção II do Capítulo III do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), consubstanciado na Instrução Normativa nº 004/2025, e, subsidiariamente, no que couber e for compatível, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DATA PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

DATA: A partir do dia 31/03/2026, até o fim da vigência da Pré-Qualificação.

HORÁRIO: A partir das 9h, horário de Brasília.

IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS: conforme item 3 deste Edital, através do e-mail: licitacao@pbhativos.com.br

SITE PARA CONSULTAS: www.pbhativos.com.br.

CONTATO: (31) 3246-7044

1. DO PREÂMBULO

A PBH ATIVOS S/A, empresa pública, regida pela Lei Federal nº 13.303/16, com sede na Rua Espírito Santo, nº 605, 10º andar, Centro - Belo Horizonte/Minas Gerais, CEP: 30.160.919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o Procedimento Auxiliar de Pré-

Qualificação Permanente de pessoas jurídicas e consórcios visando à futura contratação, por meio de licitações restritas, de serviços técnicos especializados de apoio à estruturação, modelagem, gestão e comunicação de projetos de infraestrutura, concessões e parceria público-privadas, nos termos da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto Municipal nº 18.240 de 2023, Instrução Normativa nº 004/2025 (Regulamento Interno de Licitações e Contratos “RILC” da PBH Ativos) e demais disposições aplicáveis e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

2. OBJETO E ANEXOS

2.1. Constituir Cadastro de Pré-Qualificação Permanente de pessoas jurídicas e consórcios visando à futura contratação, por meio de licitações restritas, de serviços técnicos especializados de apoio à estruturação, modelagem, gestão e comunicação de projetos de infraestrutura, concessões e parceria público-privadas, divididos em 07 (sete) lotes, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo:

Lote 01: Modelagem/Estudo Jurídico-Institucional

Consultoria em marcos regulatórios, elaboração e revisão de minutas de editais, contratos e instrumentos de garantias, bem como suporte jurídico-institucional em todas as fases dos projetos.

Lote 02: Modelagem/Estudo Econômico-Financeiro e de Riscos

Elaboração de planos de negócios, modelos econômico-financeiros, avaliação de vantajosidade (Value for Money), estruturação de matrizes de riscos, testes de sensibilidade e avaliação de bancabilidade e suporte a leilões e licitações.

Lote 03: Engenharia, Arquitetura e Planejamento Urbano

Elaboração de diagnósticos técnicos, estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental (EVTEA) projetos básicos, estimativas de investimentos (CAPEX) e despesas operacionais (OPEX), bem como planos de manutenção e diretrizes físicas e urbanísticas dos ativos.

Lote 04: Gestão, Governança e Monitoramento

Prestação de serviços técnicos para a concepção e implementação de modelos de gestão dos contratos de parceria, definição/estabelecimento de indicadores de desempenho (KPIs), regras de pagamento variável, estruturação da fiscalização,

prorrogação de contratos e prorrogação antecipada, relicitação, reversão de bens, desenho de governança institucional e mensuração de impacto, incluindo o acompanhamento e cumprimento de metas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Lote 05: Relações Públicas e Comunicação Social (Comunicação Estratégica)

Apoio à gestão de Stakeholders, planejamento e execução da comunicação institucional dos projetos, incluindo estratégias de participação social (audiências, consultas públicas) e gestão de crises associadas à iniciativa de infraestrutura e parcerias.

Lote 06: Inovação e Tecnologia

Integração de soluções tecnológicas aplicadas a projetos de infraestrutura e concessões, tais como plataformas de gestão de contratos, sistemas de monitoramento digital, BIM, IoT, análise de dados (Big Data, BI) e soluções de eficiência operacional e energética.

Lote 07: Gestão Ágil de Projetos (PMO) e Integração de Estudos

Coordenação técnica transversal dos trabalhos de modelagem (jurídicos, econômico-financeiros e de engenharia), com uso de metodologias ágeis reconhecidas no mercado (por exemplo, Scrum, Kanban ou Lean), garantindo a integração de estudos, entregas incrementais e gestão dinâmica de riscos ao longo do ciclo de estruturação.

2.2. Integram este Edital, os seguintes anexos:

Anexo I - Modelo de Declaração de beneficiário Lei 123/2006, se for o caso;

Anexo II - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;

Anexo III - Modelo de Declaração da Lei Orgânica;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Conformidade ao Artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016;

Anexo V - Modelo de Declaração de Adequação à LGPD;

Anexo VI - Modelo de Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio;

Anexo VII - Modelo de Termo de Pré-Qualificação;

Anexo VIII - Modelo de Declaração de Disponibilidade de Equipamentos, Materiais e Mão-de-obra.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o ato convocatório do presente procedimento auxiliar de Pré-Qualificação, devendo a impugnação ser apresentada exclusivamente por meio do endereço eletrônico: licitacao@pbhativos.com.br, até 05 (cinco) dias úteis antes da data inicial prevista para o encaminhamento da documentação de habilitação do procedimento de Pré-Qualificação, contendo no assunto: IMPUGNAÇÃO - Pré-Qualificação Nº 001/2026.

3.2 Não serão conhecidas as impugnações entregues fora das condições estabelecidas.

3.3. A decisão quanto à impugnação será proferida conforme a legislação aplicável, sendo divulgada através do e-mail e disponibilizada no “site” www.pbhativos.com.br e serão anexadas nos autos do processo e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

3.4. Os pedidos de esclarecimentos a respeito do presente edital deverão ser formulados até 05 (cinco) dias úteis antes da data inicial prevista para o encaminhamento da documentação de habilitação do procedimento de Pré-Qualificação e enviados, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico: licitacao@pbhativos.com.br, contendo no assunto: ESCLARECIMENTOS - Pré-Qualificação Nº 001/2026.

3.5. As respostas aos esclarecimentos prestados pelo Agente de Contratação serão divulgadas no site www.pbhativos.com.br e serão anexadas nos autos do processo e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

4. INFORMAÇÕES INICIAIS

4.1. Todos os interessados em participar do Procedimento Auxiliar de Pré-Qualificação, em conformidade com o Termo de Referência e que satisfaçam as condições fixadas neste edital e seus anexos, estarão aptos a fazê-lo.

4.2. A Pré-Qualificação terá o seu prazo de vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, podendo seu edital ser republicado por igual período, por quantas vezes a PBH Ativos entender pela necessidade de sua manutenção, mantidas todas as suas condições.

4.2.1. A solicitação de republicação do edital de Pré-Qualificação será realizada pelo seu gestor, mediante apresentação da justificativa técnica.

4.3. A Pré-Qualificação não gerará aos pré-qualificados qualquer direito de contratação, objetivando somente o cadastro para participação em futuras licitações restritas e específicas, cujo processo de realização e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da Lei Federal nº 13.303, de 2016, do Decreto Municipal nº 18.240 de 2023, do RILC PBH Ativos (IN nº 004/2025) e das normas estabelecidas neste edital e em seus anexos.

4.4. A participação de interessados na Pré-Qualificação implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 18.240 de 2023 e neste edital e seus anexos.

4.5. O Edital e seus anexos ficarão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico da PBH Ativos – www.pbhativos.com.br e seu extrato será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, conforme dispõe o *caput* do art. 106, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (IN nº 004/2025).

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

5.1. Poderão participar desta Pré-Qualificação as pessoas jurídicas e os consórcios cujo ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto deste Procedimento Auxiliar e que atendam às condições exigidas neste Edital e seus anexos.

5.2. O interessado declarará, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas na legislação, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de seu requerimento de participação com as exigências deste Edital e seus anexos.

5.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação na Pré-Qualificação.

5.4. Estarão impedidos de participar do procedimento os interessados:

I. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta pré-qualificação;

II. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela PBH Ativos S.A.;

III. Declarados inidôneos ou impedidos de licitar e contratar em qualquer esfera de Governo, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV. Constituídos por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V. Constituídos por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VI. Cujo administrador seja sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII. Que tenha nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

VIII. Sob falência, dissolução ou liquidação;

IX. Que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;

X. Que se enquadrem em outras hipóteses de vedação previstas na legislação vigente;

XI. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

XII. Cujo administrador ou sócio seja detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social da PBH Ativos S.A.

a) Aplicam-se as vedações previstas no subitem 5.4:

I. Às pessoas que tenham relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente da PBH Ativos, com empregado da PBH Ativos cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação ou com autoridade do Poder Executivo Municipal;

II. Às pessoas jurídicas cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a PBH ATIVOS S.A. há menos de 6 (seis) meses.

b) A observância das vedações do subitem 5.4 é de inteira responsabilidade do interessado, respondendo este pelo eventual descumprimento, na forma do Edital e da legislação.

5.5. Poderá ser constatado eventual descumprimento das vedações elencadas no subitem 5.4, mediante consulta aos meios legais disponíveis, inclusive ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

6. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

6.1. Será permitida a participação de consórcios no presente certame.

6.1.1. Será permitida a soma de atestados para comprovação da capacidade técnica operacional, desde que cada empresa consorciada atenda individualmente aos requisitos de habilitação jurídica e regularidade fiscal.

6.2. Para fins da qualificação técnica exigida neste Edital, admite-se a soma dos atestados de capacidade técnica das empresas integrantes do consórcio.

6.2.1. Para o atendimento do quantitativo mínimo de projetos exigidos em cada lote (ex: 02 projetos), será aceito que uma empresa do consórcio apresente 01 (um) atestado e outra apresente o segundo, desde que ambos os atestados refiram-se ao escopo do lote pretendido.

6.3. O consórcio deverá indicar, no seu Termo de Compromisso de constituição de consórcio, uma empresa líder, que atuará como interlocutora oficial perante a PBH Ativos.

6.4. As empresas integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados, tanto na fase de pré-qualificação quanto na execução dos contratos derivados das seleções restritas, conforme previsto no Art. 31 da Lei Federal nº 13.303/2016 e em conformidade com as disposições do RILC da PBH Ativos.

6.5. É vedada a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio para o mesmo lote, ainda que em qualidades distintas (líder ou consorciada), sob pena de desclassificação de todos os consórcios envolvidos.

6.6. Não será admitida a alteração da composição do consórcio após a emissão do Termo de Admissão na Pré-Qualificação, salvo em casos excepcionais de fusão, cisão ou incorporação, desde que a nova estrutura mantenha ou seja superior a qualificação técnica originalmente aprovada pela PBH Ativos.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. Não aplicável ao processo de pré-qualificação.

7.2. A forma de apresentação da proposta e o critério de julgamento das futuras licitações restritas serão definidos no edital dos respectivos certames.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das

- b)** Documento de eleição dos administradores, procuração ou ata de assembleia que outorgou poderes ao(s) representante(s), em caso dessa atribuição e do(s) dados pessoais do(s) representante(s) não constarem do estatuto ou contrato social;
- c)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade desempenhada assim o exigir;
- e)** Certidão Negativa Correccional emitida pela Controladoria-Geral da União, referente ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) - CNEP.

8.8.1 Excepcionados os documentos referidos no inciso V do subitem 8.8., os documentos supra poderão ser substituídos pelo cadastro do interessado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 11.245, de 23 de janeiro de 2003, desde que esteja ATIVO e válido.

8.9. Para comprovar sua habilitação fiscal, social e trabalhista, o interessado deverá apresentar:

- a)** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da interessada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** Certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede da interessada, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d)** Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e)** Certidão negativa de débitos trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho;
- f)** Declaração de que não emprega menores de 18(dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16(dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos; em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.9.1. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativa.

8.9.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo-lhes concedido, no momento apropriado, o tratamento diferenciado e simplificado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 16.535, de 30 de dezembro de 2016.

8.9.3. A regularidade fiscal mencionada neste subitem não abrange débitos que não possuam origem fiscal, tais como multas de qualquer espécie, exceto se forem indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações do futuro Contrato.

8.10. Para comprovar sua qualificação técnica, a interessada deverá apresentar:

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a empresa presta ou prestou serviços de natureza compatível com o objeto deste procedimento, em característica, quantidade e prazo.

b) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel timbrado(s) do(s) órgão(s) ou da(s) empresa (s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s), com a devida identificação do responsável pela assinatura do atestado.

8.10.1. A qualificação técnica das interessadas fundamenta-se na demonstração de robustez institucional, a saber:

I. Capacidade Técnico-Operacional (empresa/consórcio): comprovação de experiência prévia na execução de projetos de natureza e complexidade semelhantes ao lote pretendido, em número mínimo de projetos definido para cada lote;

II. Capacidade Técnico-Profissional (equipe-chave): demonstrada por meio de declaração de disponibilidade de equipe técnica compatível com as exigências previstas nos editais das futuras licitações, conforme Anexo VIII;

8.10.1.1. Como regra geral, as empresas ou consórcios deverão comprovar experiência na estruturação de projetos de desestatização, concessão, PPP ou ativos de infraestrutura de porte equivalente ao escopo do lote pretendido, admitida a soma de diferentes atestados de capacidade técnica, desde que sejam atendidos os

requisitos de escopo definidos para o respectivo lote. Desta forma, para fins de cumprimento da qualificação técnica dos interessados, os atestados previstos na alínea “a” do item 8.10 deverão demonstrar experiência compatível com a descrição abaixo, por lote:

Lote 01 – Modelagem/Estudo Jurídico-Institucional

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Comprovar, por meio de atestados de capacidade técnica ou documentos equivalentes, a prestação de serviços de consultoria jurídica na estruturação de projeto(s) de concessão ou PPP, cujo(s) estudo(s) tenha(m) atingido, comprovadamente, ao menos uma das seguintes fases: (i) publicação de consulta pública; e/ou publicação de edital de licitação.

Lote 02 – Modelagem/Estudo Econômico-Financeira e de Riscos

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Comprovação da elaboração do plano de negócios integral; estruturação de modelo financeiro em fluxo de caixa descontado com projeções de curto, médio e longo prazo; desenvolvimento de matriz de alocação de riscos com valoração de passivos contingentes; e realização de testes de sensibilidade e bancabilidade (*bankability*), especificamente através da análise de indicadores de cobertura de dívida (ICSD) e rentabilidade (TIR/VPL), garantindo a atratividade do projeto perante investidores e instituições financiadoras.

Lote 03 – Engenharia, Arquitetura e Planejamento Urbano

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Elaboração de EVTE (Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica) ou Projetos Básicos. Comprovação de elaboração de estudos técnicos de engenharia (CAPEX/OPEX) para projetos de concessão ou ativos imobiliários de grande porte.

Lote 04 – Gestão, Governança e Monitoramento de Desempenho

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Definição de Indicadores de Desempenho (KPIs) e mecanismos de pagamento variáveis. Experiência em estruturar o sistema de mensuração de desempenho e diretrizes de governança de contratos de longo prazo (PPPs ou Concessões).

Lote 05 – Relações Públicas e Comunicação Estratégica

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Comprovação de apoio à gestão de stakeholders, gestão de crises, condução de processos de participação social

(audiências/consultas) e elaboração de plano de comunicação em projetos estratégicos de infraestrutura.

Lote 06 – Inovação e Tecnologia

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Integração de soluções tecnológicas (BIM, IoT, Big Data, Eficiência Energética) em ativos públicos e sistemas de monitoramento digital ou infraestrutura de tecnologia aplicada a concessões.

Lote 07 – Gestão Ágil de Projetos (PMO) e Integração de Estudos

Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Gestão e integração de estudos multidisciplinares (jurídicos, financeiros e de engenharia) utilizando Frameworks Ágeis (Scrum, Kanban ou Lean), focando na entrega incremental de produtos e na mitigação dinâmica de riscos durante a modelagem. Coordenação técnica integral de pelo menos 01 projeto de PPP ou Concessão, comprovando a aplicação de ritos ágeis (ex: planejamento de *sprints*, reuniões de alinhamento periódico e entregas por ciclos de maturidade dos estudos).

8.10.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do interessado;

8.10.3. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido (s) pela própria empresa a ser pré-qualificada.

8.10.4. A PBH Ativos se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

8.11. Para comprovar sua qualificação econômico-financeira, o interessado deverá apresentar:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial da empresa, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida no domicílio da pessoa jurídica, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

8.12. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do interessado, devendo ser observado:

a) se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se o interessado for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) para efeito de qualificação técnica serão admitidos atestados de capacidade técnica emitidos em nome da matriz e/ou filial.

8.13. Deverão ser apresentadas, sob pena de inabilitação, as Declarações constantes dos Anexos I a VIII devidamente assinadas.

8.14. Para fins de habilitação, os documentos que não possuírem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de abertura da pré-qualificação.

9. DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. A análise da documentação apresentada será realizada por Agente de Contratação e/ou Comissão Especial de Contratação, designada por Portaria específica, observando critérios objetivos, transparência e estrita conformidade legal.

9.2. A Comissão poderá realizar consulta aos cadastros oficiais (SUCAF do Município de Belo Horizonte, CAGEF do Governo do Estado de Minas Gerais e SICAF do Governo Federal) para fins de aferição da documentação de habilitação exigida, bem como, para verificar a inexistência de sanções impeditivas à participação dos licitantes.

9.3. A documentação será julgada conforme os requisitos previstos no edital e anexos, sendo pré-qualificadas todas as empresas que cumprirem integralmente as exigências.

9.4. Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos, poderão ser promovidas diligências para o saneamento de falhas formais, concedendo-se prazo razoável para manifestação, vedada a inclusão de novos documentos ou a alteração do conteúdo da proposta.

9.5. O resultado do julgamento será divulgado no DOM - Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial da PBH Ativos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a entrega da documentação pelo interessado.

9.5.1. O prazo previsto no subitem 9.5 poderá ser prorrogado mediante apresentação de justificativa devidamente fundamentada.

9.6. Será lavrada ata circunstanciada do julgamento, consignando todas as ocorrências e decisões relevantes.

9.7. O certificado de pré-qualificação será emitido aos interessados que atenderem a todas as exigências do edital, com validade máxima de 1 (um) ano, vinculada à vigência dos documentos apresentados.

9.8. O certificado de pré-qualificação assegura o direito de participação nas futuras licitações relativas ao objeto deste edital, não implicando direito à contratação automática.

10. DO CADASTRO DAS EMPRESAS PRÉ QUALIFICADAS

10.1. Após o julgamento da documentação, serão cadastradas na presente pré-qualificação os interessados que atenderem integralmente às exigências deste edital, nos termos do art. 64 da Lei 13.303/2016.

10.2. A relação dos pré-qualificados será divulgada no DOM (Diário Oficial do Município) e no sítio eletrônico oficial da PBH Ativos, assegurando ampla publicidade e transparência.

10.3. A pré-qualificação não gera direito adquirido à contratação, constituindo apenas condição prévia para participação em futuras licitações, sujeita à verificação da manutenção das condições de habilitação.

10.4. Os interessados pré-qualificados serão obrigatoriamente divulgados no DOM e no site da PBH Ativos, mantida a sua lista à disposição do público.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE MANUTENÇÃO DO CADASTRO

11.1. Em conformidade com o Art. 64, §1º da Lei nº 13.303/2016, este procedimento de pré-qualificação permanecerá aberto por prazo indeterminado para a inscrição de novos interessados, permitindo o ingresso de novas sociedades empresárias ou consórcios que venham a atender aos requisitos deste Edital a qualquer tempo.

11.2. A admissão de cada interessado no Cadastro de Pré-Qualificados terá validade inicial de 01 (um) ano, podendo ser renovada sucessivamente por igual período, mediante atualização documental.

11.2.1. A vigência da pré-qualificação está condicionada à manutenção da validade de todos os documentos apresentados, devendo a empresa promover a atualização de certidões ou comprovantes que venham a expirar.

11.3. É responsabilidade exclusiva da empresa ou consórcio manter a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificações econômico-financeira e técnica durante todo o período de permanência no Cadastro.

11.3.1. Os documentos e certidões podem ser atualizados a qualquer momento, visando garantir a aptidão da empresa para as futuras licitações restritas.

12. DOS RECURSOS E REQUERIMENTOS

12.1. Contra os atos de indeferimento de admissão ao Cadastro de Pré-Qualificados, caberá recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação ou publicação do ato, conforme o Art. 59 da Lei nº 13.303/2016.

12.2. Declarados os habilitados/cadastrados na presente pré-qualificação qualquer participante poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer.

12.2.1. O prazo para apresentação das razões do recurso será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da lavratura da ata de julgamento ou da habilitação.

12.2.2. Os demais licitantes ficam desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual período, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

12.3. Do Efeito e Processamento:

12.3.1. Os recursos previstos neste capítulo terão apenas efeito devolutivo, salvo se a autoridade competente, de forma motivada e por razões de interesse público, atribuir-lhes efeito suspensivo.

12.4. O acolhimento de recursos importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.6. A apresentação de recursos deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço licitacao@pbhativos.com.br

12.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site da PBH Ativos e na sede da PBH Ativos, localizada na Rua Espírito Santo, nº 605, 10º andar, Centro, Belo Horizonte/Minas Gerais, no horário de 09 às 17 horas.

13. DAS HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DO CADASTRO NA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

13.1. A PBH Ativos poderá realizar o cancelamento no cadastro da pré-qualificação, quando houver:

- I. pedido devidamente motivado, formalizado pelo pré-qualificado;
- II. perda das condições de habilitação do pré-qualificado;
- III. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente à pré-qualificação.

13.2. Na hipótese do inciso I, o pré-qualificado poderá solicitar o cancelamento do seu cadastro na pré-qualificação a qualquer tempo, sem a aplicação de penalidades administrativas, desde que não tenha contratação vigente, mediante envio de requerimento motivado à PBH Ativos. A solicitação do referido cancelamento deve ser realizada por meio do endereço eletrônico licitacao@pbhativos.com.br.

13.3. O cancelamento do cadastro na pré-qualificação a pedido do interessado, mediante justificativa, deverá ocorrer no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do requerimento.

13.4. O pré-qualificado que tenha contrato vigente com a PBH Ativos somente poderá ter seu cadastro cancelado após o regular cumprimento das obrigações assumidas.

13.5. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, do subitem 13.1 além de ter seu cadastro cancelado, sem prejuízo da abertura de processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

13.6. Após a formalização da contratação referente às futuras licitações restritas, as hipóteses de rescisão serão regidas pelos próprios instrumentos contratuais.

14. PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO (LICITAÇÃO RESTRITA)

14.1. Para cada demanda específica de estruturação, modelagem ou consultoria, a PBH Ativos realizará uma Licitação Restrita, em conformidade com o seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) e conforme autorizado pelo Art. 64, Inc II, §2º da Lei nº 13.303/2016, limitada aos interessados devidamente inscritos e admitidos no Cadastro de Pré-Qualificados no lote correspondente ao objeto.

14.2. A licitação será deflagrada mediante a publicação de Edital específico, enviado eletronicamente a todos os pré-qualificados no lote correspondente, contendo os elementos de instrução previstos no RILC, especialmente:

- I. Projeto Básico/Descrição dos Serviços com a descrição detalhada do objeto, produtos esperados e matriz de riscos;
- II. Critérios de Julgamento a serem definidos a cada licitação nos termos do Art. 54 da Lei 13.303/16;
- III. Cronograma e Prazos, incluindo datas para apresentação de propostas, esclarecimentos, execução e entrega dos produtos.

14.3. O procedimento seguirá as fases ordinárias previstas no RILC e na Lei 13.303/16, compreendendo:

- I. Publicação/Convocação: Chamamento de todos os integrantes do Cadastro de Pré-Qualificados do respectivo lote;
- II. Apresentação de Propostas e/ou Lances: Sessão pública para recebimento das propostas;
- III. Julgamento: Conforme metodologia detalhada no Edital;
- IV. Habilitação Complementar: Verificação apenas das condições que não foram objeto de análise na pré-qualificação (ex: regularidade fiscal atualizada e disponibilidade da equipe técnica);
- V. Recursos: Fase única recursal após o julgamento e habilitação, conforme o rito simplificado das Estatais;
- VI. Homologação e assinatura do Termo de Pré-Qualificação.

14.4. Serão contratados, por meio das futuras licitações restritas ao Cadastro de Pré-Qualificação Permanente, serviços técnicos especializados, conforme critérios definidos em editais a serem publicados de acordo com a necessidade da PBH Ativos S/A.

15. DO RECURSO FINANCEIRO

15.1. Não se aplica ao procedimento de pré-qualificação por não envolver contratação nesta etapa.

15.2. O custo referente à prestação de serviços objeto das futuras licitações restritas ocorrerá por disponibilidade financeira da PBH Ativos S/A, considerando o disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 10.003/2010.

16. LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

16.1. Não se aplica para o Cadastro de Pré-Qualificação Permanente.

16.2. Os locais da prestação dos serviços objeto das futuras licitações restritas serão indicados nos respectivos editais destes certames.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA INTERESSADA/PRÉ-QUALIFICADA

17.1. A Interessada deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no contrato a ser celebrado, decorrente de futura licitação restrita, e no Edital que o originou, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- a)** Manter os requisitos e condições de habilitação fixados no processo de Pré-Qualificação.
- b)** Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a PBH Ativos, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação.
- c)** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- d)** Informar imediatamente à PBH Ativos S/A qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do futuro contrato, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e mitigar os seus impactos.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA PBH ATIVOS

18.1. A PBH Ativos S/A, por sua vez, deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, e no presente Edital de pré-qualificação, atuando em consonância com os princípios da probidade e boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- a)** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Interessada;
- b)** Aplicar à Interessada as sanções administrativas regulamentares cabíveis quando necessário;
- c)** Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados pessoais, informações, documentos da Interessada, que venham a ter conhecimento em razão do Cadastro consoante disposições da LGPD.
- d)** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

e) Garantir o contraditório e ampla defesa no caso de aplicação de penalidades, observados os procedimentos aplicáveis;

f) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Interessada.

19. DO PREÇO DE REFERÊNCIA OU ORÇAMENTO ESTIMADO

19.1. Na fase de Pré-Qualificação não há definição de valores contratuais.

19.2. Nas futuras licitações, o valor estimado será definido com base no preço de referência do projeto específico.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A prática de atos ilícitos sujeita a Interessada/ Pré-qualificada /Contratada à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, no que couber, do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022:

I. Advertência;

II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório e/ ou Contrato;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A.

20.2. DA ADVERTÊNCIA

20.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à Interessada/Pré-qualificada/Contratada, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

20.2.2. A advertência será aplicada quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.2.3. A aplicação de 03 (três) sanções de advertência pelo mesmo motivo possibilita a aplicação da sanção de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar.

20.3. DA MULTA

20.3.1. Caso a Interessada/Pré-qualificada/Contratada descumpra a legislação ou cláusulas contratuais ou dê causa a atraso de cumprimento dos prazos previstos no Projeto Básico e/ou Descrição dos Serviços e seus anexos, no Edital e no contrato, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do contrato sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

I. Multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;

II. A multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega;

III. A multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor da futura contratação, a contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

IV. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, se houver entrega do objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas, ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

V. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão de cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

VI. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

VII. A multa moratória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

20.4. Poderão ser aplicadas as penas de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A. pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

20.5. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da pré-qualificação, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar na

execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

20.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a contratada do dever de plena execução do objeto contratado.

20.7. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante.

20.8. No que se refere ao procedimento das sanções administrativas, será observado o previsto no Capítulo VIII do RILC da PBH Ativos e, no que couber, e na ausência de disposições expressas em contrário, os preceitos do Decreto Municipal nº 18.093, de 20 de setembro de 2022.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto a ser contrato, exceto na hipótese de serviço secundário que não interaja com a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela PBH Ativos S.A., mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da pré-qualificada.

22. DISPOSIÇÕES CONTRA FRAUDE E CORRUPÇÃO

22.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela PBH Ativos serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN 007/2023 - Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH Ativos e IN 008/2022- Política de Integridade e Anticorrupção da PBH Ativos, disponíveis no sítio eletrônico www.pbhativos.com.br.

22.2. As Interessadas, Pré-qualificadas e as futuras Contratadas deverão observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

I. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do contrato;

II. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

III. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

IV. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

V. “prática obstrutiva” significa:

a) destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

b) agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

22.3. A PBH Ativos rejeitará a participação e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o interessado/pré-qualificado, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório ou durante a execução do contrato.

22.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

23. INDICAÇÃO DO GESTOR E DO FUTURO FISCAL DO CADASTRO

23.1. A gestão estratégica e operacional do Cadastro de Pré-Qualificados será realizada pela Diretoria de Negócios e pela Diretoria Executiva da PBH Ativos, ou unidades que venham a sucedê-las, competindo-lhes:

I. Coordenar o processo de análise de novos pedidos de entrada, assegurando que o fluxo de adesão permaneça ininterrupto e atenda ao caráter permanente do procedimento;

II. Zelar pela guarda e organização dos documentos e atestados apresentados pelas interessadas;

III. Notificar as empresas pré-qualificadas sobre a validade anual da sua pré-qualificação.

23.2. A análise técnica dos pedidos de inscrição e das atualizações de equipe será realizada por uma Comissão de Avaliação, designada especificamente para este fim, composta por empregados do quadro permanente ou ocupantes de funções de confiança, garantindo a segregação de funções e a imparcialidade.

23.3. No exercício da fiscalização do cadastro, a PBH Ativos poderá:

23.3.1. Solicitar esclarecimentos, documentos complementares ou promover vistorias e consultas para atestar a veracidade das informações e dos acervos técnicos apresentados (Art. 25, § 1º IN 004/2025 PBH Ativos).

23.3.2. Instituir sistema de histórico de desempenho das empresas contratadas, cujos registros servirão de subsídio para a manutenção ou retirada do interessado no cadastro.

23.4. Todas as comunicações, convocações para licitações restritas e notificações relativas à gestão do cadastro serão realizadas prioritariamente por meio eletrônico, através do e-mail cadastrado pela interessada no ato da inscrição, sendo de inteira responsabilidade desta a manutenção de seus dados de contato atualizados.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Os prazos previstos no Edital contar-se-ão em dias corridos, salvo disposição expressa quanto à contagem em dias úteis.

24.1.1. Os prazos serão computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

24.1.2. Caso o primeiro ou o último dia de contagem seja dias não úteis, o início ou o vencimento do prazo dar-se-á no dia útil subsequente.

24.2. Poderá a PBH Ativos revogar a presente pré-qualificação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa ou interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao interessado/pré-qualificado direito à indenização.

24.3. O interessado/pré-qualificado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da pré-qualificação.

24.3.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará o imediato descadastramento do pré-qualificado que o tiver apresentado, ou, caso venha a ser contrato, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.4. É facultado ao Agente de contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da pré-qualificação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.5. O Agente de Contratação no exercício de suas funções poderá se valer de pareceres técnicos e/ou jurídicos exarados por servidor/comissão devidamente constituídos, para embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação.

24.6. O interessado/pré-qualificado intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

24.7. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado/pré-qualificado, desde que seja possível a aferição de sua qualificação.

24.8. As normas que disciplinam esta pré-qualificação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da PBH ATIVOS S/A, a finalidade e a segurança do procedimento.

24.9. As decisões referentes a este processo de pré-qualificação serão comunicadas aos interessados via e-mail, site da PBH Ativos ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

24.10. O interessado/pré-qualificado fica ciente de que os documentos cuja publicidade seja exigida, nos termos do Decreto Municipal nº 17.317/2020, serão disponibilizados pela PBH Ativos na internet, para acesso público.

24.11. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior.

24.12. A participação do interessado nesta pré-qualificação implica em aceitação de todos os termos deste Edital e seus anexos.

24.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte.

Belo Horizonte,

Lucas Antônio Martinez de Faveri
Diretor-Presidente
PBH Ativos S/A

Gilberto Silva Ramos
Diretor de Negócios
PBH Ativos S/A

**ANEXO I- MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI
COMPLEMENTAR 123/2006**

Pré-qualificação nº.001/2026

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa _____ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

Atestamos para os devidos fins, que não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a X do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar à PBH Ativos S/A quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**Pré-qualificação nº.: 001/2026**

A empresa com sede na nº Bairro , cidade de , inscrita no CNPJ nº por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) , portador (a) Carteira de Identidade R.G. nº e do CPF nº DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

- ☐ Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA**Pré-qualificação nº.: 001/2026**

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da _____ (Razão Social) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____ (endereço completo) _____, envolvidos na execução do objeto em questão não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte/MG, *in verbis*:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)

I - Representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - Condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao CONTRATANTE, antes do início da execução do CONTRATO, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal

**ANEXO IV- MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO ARTIGO 38 DA
LEI FEDERAL Nº 13.303/2016****Pré-qualificação nº.: 001/2026**

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA), DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa não incorre em nenhum dos impedimentos para participar de licitações e ser contratada, prescritos no artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016, quais sejam:

- a) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da PBH Ativos S.A.;
- b) suspensa pela PBH Ativos S.A.;
- c) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a PBH Ativos S.A., enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Aplica-se a vedação também:

- a) à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - b.1) dirigente da PBH Ativos S.A.;
 - b.2) empregado PBH Ativos S.A., cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - b.3) autoridade do ente público a que a PBH Ativos S.A. esteja vinculada.
- c) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a PBH Ativos S.A. promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO À LGPD**Pré-qualificação nº.: 001/2026**

A empresa(inserir razão social), com sede na nº Bairro, cidade de, inscrita no CNPJ nº por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) (inserir o nome), CPF nº DECLARA, a sua conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018 - LGPD), nos seguintes termos:

- a) A empresa declara estar em conformidade com a LGPD, adotando medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança e proteção dos dados pessoais sob sua guarda, em conformidade com os princípios estabelecidos na referida legislação;
- b) Compromete-se a tratar os dados pessoais apenas para as finalidades necessárias ao cumprimento de suas obrigações contratuais e legais, respeitando os princípios da transparência, segurança e minimização de dados;
- c) Declara que possui políticas e procedimentos internos voltados para a proteção de dados pessoais, incluindo controles de segurança, gestão de riscos e resposta a incidentes de privacidade;
- d) Compromete-se a comunicar qualquer incidente de segurança que possa comprometer dados pessoais, nos termos da legislação vigente, bem como a cooperar com as autoridades competentes sempre que necessário;
- e) Declara que seus colaboradores e prestadores de serviço são devidamente treinados e conscientizados quanto à importância da proteção de dados pessoais e à necessidade do cumprimento da LGPD;
- f) Responsabiliza-se pelo cumprimento das obrigações decorrentes da LGPD, bem como às disposições do TR, editais e contratuais acerca do tratamento de dados pessoais, respondendo por eventuais infrações à legislação de proteção de dados que sejam de sua exclusiva responsabilidade.
- g) A empresa se compromete a fornecer quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias para comprovar sua conformidade com a LGPD.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente termo.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Responsável Legal

**ANEXO VI - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE
CONSÓRCIO**

Pré-qualificação nº.: 001/2026

I – DAS PARTES

A (nome da empresa líder), com sede na (endereço), (cidade), (estado), inscrita no CNPJ sob o nº....., a (nome da segunda empresa consorciada), com sede na (endereço), (cidade), (estado), inscrita no CNPJ sob o nº....., **(demais empresas consorciadas)**, formalizam, pela presente, a intenção e o compromisso de constituir um consórcio, com a finalidade de apresentar, em conjunto, proposta para(**OBJETO DA LICITAÇÃO**), com a participação efetiva das empresas ora associadas.

Considerando que o Edital do futuro processo licitatório para o Lote ____ do cadastro de pré-qualificação 001/2026 permite a participação de empresas em consórcio para a apresentação conjunta de proposta;

Considerando que as empresas acima qualificadas têm interesse em participar desse processo licitatório em consórcio formado por elas, têm entre si pactuado, e para os fins nele previstos, o presente TERMO DE COMPROMISSO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, que ajustam segundo as cláusulas e condições adiante dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Pelo presente instrumento particular de TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, as PARTES comprometem-se a se consorciar para participar do futuro processo licitatório para o Lote ____ do cadastro de pré-qualificação 001/2026, promovida pela PBH Ativos S.A., em todas as suas etapas, apresentando proposta, e, caso seja esta adjudicada, a assinar o respectivo CONTRATO, para o que firmarão CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, observados os termos do que dispõem as Leis nº 6.404/76 e nº 13.303/2016, comprometendo-se a dar cabal cumprimento a todas as obrigações

assumidas por força deste instrumento, que celebram em caráter irrevogável e irretratável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LIDERANÇA DO CONSÓRCIO

O consórcio usará a denominação de (nome do consórcio), tendo como líder a empresa(nome da empresa líder) e como representante do consórcio o Sr.(nome do representante do consórcio, naturalidade, identidade e CPF), com plenos poderes para tratar de assuntos técnicos, administrativos, econômico-financeiro e outros julgados de interesse da PBH Ativos S.A.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXCLUSIVIDADE

As PARTES que compõem o CONSÓRCIO obrigam-se, por este instrumento, a não integrar outro consórcio, nem tampouco participar isoladamente, neste processo licitatório.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

As empresas que formam o CONSÓRCIO responderão solidariamente, por todos os atos praticados pelas PARTES, seja durante as fases da licitação ou durante a execução do Contrato, que dela eventualmente decorra.

CLÁUSULA QUINTA – DA INALTERABILIDADE DO AJUSTE

Declaram as PARTES que não alterarão a constituição ou composição do consórcio sem prévia e expressa anuência da PBH Ativos S.A., obrigando-se a manter sempre presentes as condições que assegurem a habilitação do CONSÓRCIO, até a conclusão dos serviços a serem contratados, exceto na hipótese de as PARTES virem a se fundir numa só, que as suceda para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEXTA – DA NATUREZA DO CONSÓRCIO

Para a proposta apresentada pelo CONSÓRCIO, ajustam as PARTES que a execução dos serviços será distribuída nos termos a seguir apresentados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO INSTRUMENTO DEFINITIVO

Caso a proposta apresentada pelo CONSÓRCIO venha a ser adjudicada, obrigam-se as PARTES a promover, no prazo de até 05 (cinco) dias antes da celebração do Contrato, a constituição e o registro do consórcio, cuja duração será, no mínimo, igual ao prazo necessário para a conclusão das obras, serviços e fornecimentos, objeto da licitação referida, até sua definitiva aceitação, que deverá observar os dispositivos legais aplicáveis, as cláusulas do Edital acima referido e todos os termos deste COMPROMISSO.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Este Compromisso de Constituição de Consórcio é firmado por prazo indeterminado, vigendo a partir da data de sua assinatura e ficando, automaticamente, rescindido caso ocorra qualquer dos seguintes fatos:

- ser proferida decisão, de que não caiba recurso administrativo ou judicial, de inabilitação do consórcio;
- ser proferida decisão, de que não caiba recurso administrativo ou judicial, de desclassificação do consórcio;
- após esgotados todos os recursos, administrativos e judiciais, na hipótese de adjudicação de proposta ofertada por outro concorrente ou no caso de anulação/revogação da licitação;
- após celebrado e registrado o instrumento de constituição de consórcio a que se refere a Cláusula Sétima, que substituirá este para os fins de direito.

CLÁUSULA NONA – DO ENDEREÇO

O CONSÓRCIO, para os fins da licitação, adotará como endereço o da LÍDER, situado na Rua/Av. _____, nº _____, Estado _____, CEP _____.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Elegem, as PARTES, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste instrumento, o Foro da comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas as partes firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas a tudo presentes.

Localidade/UF, ____ de _____ de 2026.

(empresa líder do consórcio)

assinatura e nome do representante legal ou procurador (com os devidos poderes)

(demais empresas consorciadas)

assinatura e nome do representante legal ou procurador (com os devidos poderes)

(demais empresas consorciadas)

assinatura e nome do representante legal ou procurador (com os devidos poderes)

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO VII - MODELO DE TERMO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO**Pré-qualificação nº.: 001/2026****DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO**

A empresa [nome da empresa] inscrita no CNPJ sob o nº [número do CNPJ], com sede à [endereço completo], por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, para fins de participação no processo de pré-qualificação promovido pela PBH Ativos S.A., que **atende integralmente os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira exigidos no edital de pré-qualificação**, estando apta a participar da futura licitação relativa ao Lote ____ da pré-qualificação ____/____.

Localidade/UF, ____ de _____ de 2026.

[Nome do representante legal]

[Cargo]

CPF: [xxx.xxx.xxx-xx]

DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE DOCUMENTOS ATUALIZADOS

A empresa [nome da empresa] inscrita no CNPJ sob o nº [número do CNPJ], com sede à [endereço completo], por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, para fins de participação no processo de pré-qualificação promovido pela PBH Ativos S.A., que **mantém atualizados todos os documentos apresentados no processo de pré-qualificação**, comprometendo-se a comunicar imediatamente qualquer alteração que interfira nas condições de habilitação exigidas pela Administração.

Localidade/UF, ____ de _____ de 2026.

[Nome do representante legal]

[Cargo]

CPF: [xxx.xxx.xxx-xx]

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

A empresa **[nome da empresa]** inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, para fins de participação no processo de pré-qualificação promovido pela PBH Ativos S.A., que todas as informações e documentos apresentados no processo de pré-qualificação são verdadeiros, autênticos e refletem a real situação da empresa, assumindo inteira responsabilidade administrativa, civil e penal por qualquer falsidade ou omissão.

Localidade/UF, ____ de _____ de 2026.

[Nome do representante legal]

[Cargo]

CPF: [xxx.xxx.xxx-xx]

DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE

A empresa **[nome da empresa]** inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, para fins de participação no processo de pré-qualificação promovido pela PBH Ativos S.A., que não foi declarada inidônea por nenhum Órgão da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, distrital ou municipal, nem está suspensa de contratar com o Poder Público, estando plenamente apta a participar do processo de pré-qualificação e das contratações públicas correlatas.

Localidade/UF, ____ de _____ de 2026.

[Nome do representante legal]

[Cargo]

CPF: [xxx.xxx.xxx-xx]

DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

A empresa **[nome da empresa]** inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, por seu representante legal infra-assinado, DECLARA, para fins de participação no processo de pré-qualificação promovido pela PBH Ativos S.A., que **possui experiência comprovada na execução de obras serviços de engenharia com características semelhantes ao objeto da futura licitação**, conforme atestados e demais documentos técnicos apresentados neste processo de pré-qualificação.

Localidade/UF, ____ de _____ de 2026.

[Nome do representante legal]

[Cargo]

CPF: [xxx.xxx.xxx-xx]

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA

Pré-qualificação nº.: 001/2026

Prezados Senhores,

..... (Razão Social, endereço e CNPJ do INTERESSADO, DECLARA, sob as penas da lei, possuir condições e capacidade para mobilizar, em tempo hábil, e pelo prazo requerido, todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessários para a execução das obras e serviços objeto da futura LICITAÇÃO do Lote ____.

[Local, Data]

[Nome e assinatura do representante legal, com firma reconhecida]

[Razão Social/Denominação]